

COMO CONHECER O

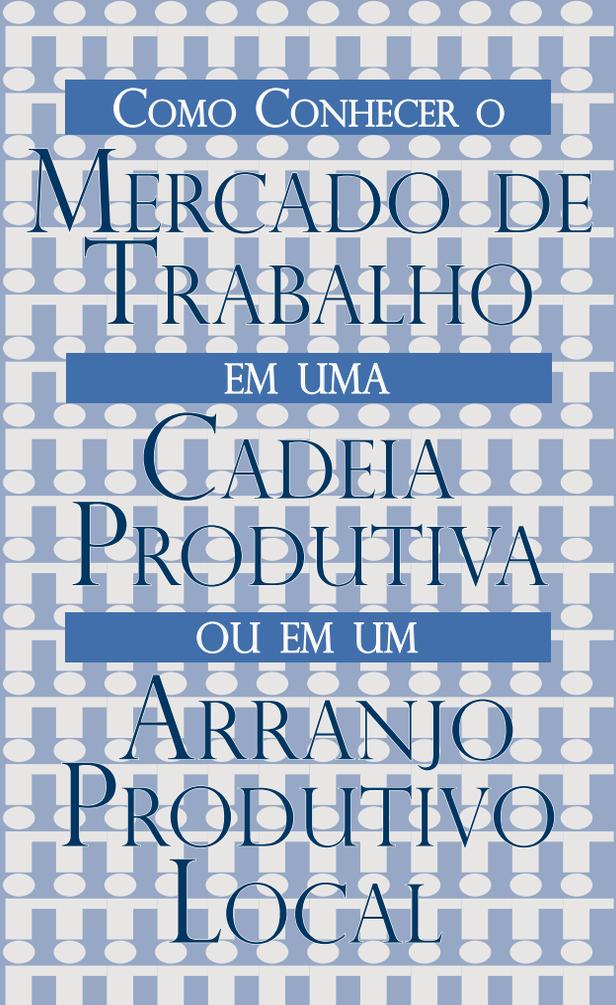
MERCADO DE
TRABALHO

EM UMA

CADEIA
PRODUTIVA

OU EM UM

ARRANJO
PRODUTIVO
LOCAL



COMO CONHECER O
MERCADO DE
TRABALHO
EM UMA
CADEIA
PRODUTIVA
OU EM UM
ARRANJO
PRODUTIVO
LOCAL

SÃO PAULO, 2005

DIIESE

Presidente da República

Luíz Inácio Lula da Silva

Ministro do Trabalho e Emprego

Luiz Marinho

Secretário de Políticas Públicas de Emprego

Remígio Todeschini

Diretor do Departamento de Qualificação

Antonio Almerico Biondi Lima

Coordenadora-Geral de Qualificação

Eunice Léa de Moraes

© copyright 2005 - Ministério do Trabalho e Emprego

Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE

Departamento de Qualificação - DEQ

Esplanada dos Ministérios, Bloco F, 3º andar, Sala 300

CEP 70059-900 - Brasília - DF

Telefones: (0XX61) 317-6239 / 317-6004 - FAX: (0XX61) 317-8217

E-mail: qualificacao@mte.gov.br

Tiragem: 1.000 exemplares (venda proibida)

Obs.: os textos não refletem necessariamente a posição do
Ministério do Trabalho e Emprego



COMO CONHECER O

MERCADO DE
TRABALHO

EM UMA

CADEIA
PRODUTIVA

OU EM UM

ARRANJO
PRODUTIVO
LOCAL

Capa, projeto e produção gráfica

Caco Bisol Produção Gráfica

Revisão

Prefixo Comunicação

Impressão

Fabracor

DIEESE

Como conhecer o mercado de trabalho em uma cadeia produtiva ou em um arranjo produtivo local / DIEESE. – São Paulo : DIEESE, 2005.

56 p.

1. Mercado de Trabalho. 2. Cadeia Produtiva. 3. Arranjo Produtivo Local. 4. Condições de Trabalho. I. DIEESE. II. Título.

CDU 331



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
INTRODUÇÃO	11
CADEIA PRODUTIVA	13
ARRANJO PRODUTIVO LOCAL	17
FONTES PARA CONSTRUÇÃO DO MAPA DO TRABALHO DE CADEIAS PRODUTIVAS E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	21
ÓRGÃOS DE GOVERNO	21
ENTIDADES DE CLASSE	30
ENTIDADES DE PESQUISA, ENSINO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47
SITES DE REFERÊNCIA	49

APRESENTAÇÃO

Em 2005, o DIEESE desenvolveu para o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE uma metodologia para realizar diagnósticos de mercado de trabalho e identificar necessidades de qualificação profissional em cadeias produtivas e em arranjos produtivos locais – APLs.¹ Essa metodologia tem como um dos pilares a valorização do conhecimento dos atores sociais no levantamento de problemas e necessidades do mercado de trabalho desses espaços. Reconhece-se, dessa forma, o papel fundamental dos trabalhadores, dos empresários, das entidades de pesquisa e de representantes governamentais como sujeitos que, dada a inserção na realidade local, têm condições de aportar importantes informações e reflexões para apoiar a atuação governamental na área do trabalho. Este caderno é parte integrante dessa metodologia. Seu objetivo é apoiar o trabalho do coordenador das atividades junto aos atores sociais que participam da construção do diagnóstico. Para isso, traz indicações de fontes às quais o coordenador pode recorrer para reunir previamente um conjunto de informações sobre a cadeia produtiva ou sobre o arranjo produtivo local que será obje-

1. "Metodologia de diagnóstico de mercado de trabalho e levantamento de demandas de qualificação profissional em cadeias produtivas e em arranjos produtivos locais".

to do diagnóstico. Essas informações facilitarão o trabalho do coordenador, desde os primeiros contatos com representantes de entidades (momento de sensibilização para que participem das atividades) até as oficinas e o seminário com os atores sociais.

Conhecendo melhor a realidade das cadeias produtivas e dos arranjos produtivos, o coordenador da atividade potencializará o trabalho dos atores na identificação dos problemas e das necessidades. Aprimora-se assim a condição dos representantes de indicar ações que levem a ganhos de produtividade e competitividade, ao melhor aproveitamento das potencialidades locais e à melhora das condições de trabalho e de vida da população nelas inserida.

Este caderno pode ser útil também como instrumento de apoio a sindicatos, associações, comissões estaduais e municipais de emprego, representantes de governo, entre outros que queiram elaborar diagnósticos de uma determinada cadeia produtiva ou de um arranjo produtivo local.

INTRODUÇÃO

As cadeias produtivas e os arranjos produtivos locais são espaços econômicos com características e dinâmicas distintas. Assim, nem todas as fontes de informação indicadas neste caderno poderão apoiar a construção do mapa do mercado de trabalho nessas duas configurações. Algumas são mais adequadas para a obtenção de informações sobre cadeias produtivas e outras, para a aquisição de dados relacionados a arranjos produtivos locais. O coordenador deve valorizar o contato com os profissionais inseridos na cadeia ou no arranjo produtivo local como um momento de aproximação e de conhecimento da realidade local. Nesse sentido, deve fazer contatos com empresários, trabalhadores, profissionais do setor público e estudiosos que tenham um histórico de atuação ou trabalho na cadeia ou no arranjo em questão, e solicitar que indiquem aspectos relevantes que podem enriquecer o diagnóstico. Os contatos podem servir também para identificar outras instituições que devem ser objeto de exploração para a obtenção de dados sobre a realidade local.

O mapeamento do mercado de trabalho possibilitado por essas fontes é uma referência importante para o trabalho do coordenador da atividade. Ao construí-lo, o coor-

denador estará organizando os dados e refletindo sobre informações que serão fundamentais para seu trabalho junto aos atores na construção do diagnóstico. Além disso, sua utilização pode sensibilizar os participantes sobre a importância de se ter um conjunto de informações estruturadas e atualizadas sobre a cadeia produtiva ou sobre o arranjo produtivo local, para apoiar as decisões.

Inicialmente, são feitas algumas considerações gerais sobre cadeias produtivas e arranjos produtivos locais. Em seguida, fontes de informação fundamentais para a realização do mapa de trabalho em cadeias produtivas e em APLs são indicadas.

CADEIA PRODUTIVA

A cadeia produtiva pode ser definida como uma seqüência de empresas ou setores econômicos unidos por relações significativas de compra e venda. Dividem o trabalho entre si, cada um realizando uma etapa do processo de transformação e transferência dos insumos. A noção de cadeia é usualmente empregada na indústria de transformação, em que é clara a noção de ligações para frente e para trás no processo produtivo.

A forma como uma cadeia é delimitada depende, em parte, do interesse do ator social que está fazendo a delimitação. Nesse sentido, a mesma cadeia pode ser visualizada de maneira distinta, dependendo do tipo de trabalho ou ação que se quer desenvolver. A seguir são sugeridos alguns procedimentos que podem ajudar no trabalho de delimitação:

a) estabelecer um limite entre o elo inicial (para trás) da cadeia e seus segmentos anteriores, produtores de bens de uso difundidos para várias cadeias. Assim, setores que, embora estejam nas etapas iniciais da cadeia, são fornecedores também de outras cadeias podem ser excluídos da discussão, caso os atores sociais desejarem;

b) fazer a distinção entre *bens de capital e bens intermediários* no interior da cadeia. *Bens de capital* são máquinas e equipamentos utilizados na produção de outros bens. Como exemplo, há motores, máquinas têxteis, máquinas para empacotamento, fornos industriais. Esses bens são instrumentos do processo de transformação, ou seja, bens destinados a transformar outros bens, que entram no processo de produção. A compra e a venda desses bens constituem operações esporádicas, feitas normalmente na implantação de plantas produtivas ou em momentos de sua ampliação ou modernização. Além disso, setores produtores desses bens são caracterizados por atender a várias atividades industriais, geralmente não fornecendo produtos para um setor específico.

Bens intermediários são bens que entram no processo produtivo para ser transformados em outros bens. As relações de compra e venda desses produtos no interior de uma cadeia são volumosas, de natureza contínua e se vinculam ao fluxo de produção. Essas relações se repetem até a etapa final do processo, quando se chega ao produto final. A partir da destinação desses dois tipos de bens, pode-se indicar que os setores produtores de bens de capital não são normalmente considerados como pertencentes à cadeia, enquanto pertencem à cadeia os setores que produzem bens - intermediários ou produtos finais - que estão associados diretamente ao fluxo produtivo;

c) excluir os setores prestadores de serviços da cadeia produtiva. O consumo desses serviços geralmente é baixo. A produção se destina ou ao consumo final (não caracterizando ligações entre setores produtivos) ou ao uso de vários setores.

AS MUDANÇAS RECENTES NAS CADEIAS PRODUTIVAS NO BRASIL

A abertura dos mercados e a intensificação da competição observadas nos últimos anos, em diversos países, levaram as empresas à busca de novas fontes e formas de obtenção e manutenção de vantagens competitivas e de alternativas para compartilhar os crescentes riscos e suas decisões. Nesse processo, as mudanças na esfera das relações entre as empresas aparecem como centrais. Entre as transformações observadas no Brasil destacam-se:

- A diminuição da integração vertical das grandes empresas através da externalização dos serviços de apoio à produção e de etapas do processo produtivo (terceirização);
- Identificação, por parte das empresas, das funções críticas nas quais deve desenvolver competências;
- Movimento das empresas no sentido de focalização de suas atividades, processo que envolve a identificação de seus negócios, clientes e mercados;
- Estreitamento de relações entre empresas participantes de uma determinada cadeia;
- Tendência à formação de cadeias produtivas com características globais ou internacionais, com efeitos significativos em termos de aumento das relações internacionais entre países e regiões.

CARACTERÍSTICAS DAS CADEIAS PRODUTIVAS NO BRASIL

O elo principal de uma cadeia pode estar situado em várias posições: há cadeias dominadas por fabricantes (automobilística, aparelhos eletrônicos) e cadeias dominadas

pela distribuição (redes de supermercado, grandes lojas de departamentos, empresas detentoras de determinadas marcas e que terceirizam a produção).

O exercício desse poder leva empresas subcontratadas a produzir bens e/ou serviços de baixo valor agregado, com baixo nível de concepção e escassa informação de mercado. No caso brasileiro, essa assimetria é muito acentuada, o que faz com que, muitas vezes, os efeitos positivos observados na cadeia se concentrem nas empresas do elo principal e tendam a se anular nos sucessivos elos da cadeia.

Essas particularidades são acompanhadas de um processo de precarização do trabalho ao longo das cadeias, envolvendo aspectos como gênero, baixa remuneração, informalidade, ilegalidade na contratação e baixos níveis de qualificação. A situação é agravada pela diminuição do trabalho nos setores de maior dinamismo da cadeia e aumento naqueles mais precários.

ARRANJO PRODUTIVO LOCAL

Arranjo produtivo local pode ser definido como um número significativo de empreendimentos e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante e que compartilham formas de cooperação e algum mecanismo de governança. O Governo Federal tem utilizado essa definição visando ampliar o número de possíveis beneficiários de políticas públicas para arranjos produtivos locais.

Basicamente, ainda para o Governo Federal, as variáveis determinantes para a existência de um arranjo são:

- Concentração setorial de empreendimentos no território, ou seja, uma quantidade de unidades produtivas de um mesmo setor que seja relevante para o contexto local ou regional e que pode diferir dos limites geográficos, políticos e administrativos formais;
- Concentração relevante de indivíduos ocupados em atividades produtivas relacionadas com o setor de referência do APL;
- Cooperação entre unidades produtivas ou outras instituições que atuam no arranjo, tais como associações de classe, associações comerciais, redes de empresas, instituições de ensino e pesquisa, ONGs, entre outras,

- em busca de maior competitividade e desenvolvimento sustentável do arranjo;
- Existência de pessoas ou organizações que sejam capazes de liderar e organizar atores em prol de objetivos comuns nas atividades do arranjo, coordenar ações para o cumprimento desses objetivos, negociar os processos decisórios locais e promover processos de geração, de disseminação e de uso de conhecimentos.

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO BRASIL

Desde o final da década de 90, a importância dada aos arranjos produtivos locais cresce gradativamente no Brasil. Para o Governo Federal, a opção estratégica pela atuação em APLs decorre, fundamentalmente, do reconhecimento de que políticas de fomento a pequenas e médias empresas são mais efetivas quando direcionadas a grupos de empresas e não a empresas isoladamente.

De maneira geral, o objetivo da atuação junto aos APLs é estimular processos locais de desenvolvimento por meio da promoção da competitividade e da sustentabilidade dos empreendimentos inseridos nesse contexto. Nesse sentido, deve-se buscar:

- O desenvolvimento econômico;
- A redução das desigualdades sociais e regionais;
- A inovação tecnológica;
- A expansão e a modernização da base produtiva;
- O crescimento do nível de emprego e de renda;
- A redução da taxa de mortalidade de micro e pequenas empresas;

- O aumento da escolaridade e da capacitação;
- O aumento da produtividade e da competitividade;
- O aumento das exportações.

O incentivo a arranjos produtivos locais não tem sido exclusividade do Governo Federal. Os governos estaduais e municipais também têm demonstrado interesse no tema, bem como outras instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, entre outras.

Um outro trabalho importante que vem sendo realizado é o mapeamento dos APLs brasileiros. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior identificou, a partir da definição que utiliza, 460 aglomerados produtivos, até o momento, em todo o Brasil, elegendo 11 deles para experiências piloto de atuação. O SEBRAE, que trabalha com uma definição de APL próxima daquela utilizada pelo Governo Federal, já identificou e atua junto a 229 APLs em todo o país.

FONTES PARA A CONSTRUÇÃO DO MAPA DO TRABALHO DE CADEIAS PRODUTIVAS OU DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

A seguir são apresentadas diversas fontes de informação que poderão ser úteis no mapeamento do mercado de trabalho. A elaboração do mapa subsidia o trabalho do coordenador da atividade na construção do diagnóstico do mercado de trabalho e na identificação de necessidades de qualificação profissional.

1 ÓRGÃOS DE GOVERNO

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

O Ministério do Trabalho e Emprego tem em sua área de competência os seguintes temas e atividades:

- Políticas e diretrizes para a geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador;
- Políticas e diretrizes para a modernização das relações do trabalho;
- Fiscalização do trabalho, inclusive do trabalho portuário, bem como aplicação das sanções previstas em normas legais ou coletivas;
- Política salarial;
- Formação e desenvolvimento profissional;

- Segurança e saúde no trabalho;
- Política de imigração;
- Cooperativismo e associativismo urbanos.

O coordenador deve verificar a existência ou não de incentivos específicos, como programas de qualificação e de incentivo à geração de postos de trabalho para o desenvolvimento da cadeia produtiva ou do arranjo produtivo local por parte do Governo Federal.

Além disso, deve verificar os registros administrativos produzidos pelo MTE, como a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED.

A RAIS, criada em 1975, possibilita a realização de tabulações estatísticas para a caracterização do mercado de trabalho. Todos os empregadores (conforme definido na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), todas as pessoas jurídicas de direito privado (inclusive empresas públicas), empresas individuais sem empregados, órgãos públicos da administração direta e indireta e empregadores rurais devem declarar, anualmente, ao MTE, os dados que irão compor a RAIS. As principais informações que podem ser obtidas são: número de trabalhadores, dados sobre os estabelecimentos, atividade econômica exercida, faixa etária dos trabalhadores, admissões e desligamentos, massa salarial, remuneração média em salários mínimos, entre outras. Os dados contidos na RAIS podem ser acessados no *site* do Ministério do Trabalho e Emprego (www.mte.gov.br) ou em CD-ROM elaborado anualmente pelo MTE.

O CAGED, criado em 1965, serve como instrumento de acompanhamento e fiscalização do processo de admissão e de dispensa de trabalhadores regidos pela CLT. As declarações realizadas pelos empregadores são prestadas até o 15º dia do mês subsequente e referem-se aos estabelecimentos com movimentação, ou seja, admissões e desligamentos. Através do CAGED é possível obter informações sobre flutuação do emprego, variação absoluta mensal ou anual, taxa de rotatividade, entre outras. Os dados contidos no CAGED também podem ser acessados no *site* do MTE ou em CD-ROM, elaborado anualmente pelo Ministério².

DELEGACIAS REGIONAIS DO TRABALHO

Como órgãos vinculados ao Ministério do Trabalho e Emprego, as Delegacias Regionais do Trabalho têm como principais competências:

- Realizar fiscalização do trabalho;
- Inspeccionar condições ambientais do trabalho;
- Aplicar sanções legais ou coletivas;
- Orientar o trabalhador e apoiar o desempregado;
- Expedir a Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Mediar e conciliar conflitos trabalhistas;
- Prestar assistência na rescisão contratual.

Como as DRTs são responsáveis pela rescisão contratual e pela mediação e conciliação de conflitos trabalhistas, é possível obter informações desses órgãos sobre os principais

2. Caso o coordenador do processo de construção de diagnóstico tenha dificuldade de acesso aos dados, tanto da RAIS quanto do CAGED, sugere-se que entre em contato com a Delegacia Regional do Trabalho que atua na região onde será realizado o levantamento e solicite apoio.

motivos que levam os trabalhadores a serem demitidos e sobre as principais questões relativas às relações de trabalho na cadeia produtiva ou no arranjo produtivo local analisado.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, desenvolve, em conjunto com outros ministérios, programas específicos para cadeias produtivas e arranjos produtivos locais.

A atuação do MDIC nas cadeias produtivas

No caso das cadeias produtivas, o MDIC coordena, através da Secretaria de Desenvolvimento da Produção, o *Programa Competitividade das Cadeias Produtivas*, que tem como um dos objetivos promover os Fóruns de Competitividade das cadeias produtivas brasileiras.

O espaço de diálogo promovido por esses fóruns pretende elevar a competitividade industrial das principais cadeias produtivas do país, com ações relativas:

- à geração de emprego, ocupação e renda;
- ao desenvolvimento e à desconcentração regional da produção;
- ao aumento das exportações;
- à substituição competitiva das importações;
- à capacitação tecnológica das empresas.

Os Fóruns visam aproximar o setor produtivo – formado por representantes do meio empresarial e dos traba-

lhadores – e o Governo, buscando convergências em torno de oportunidades, desafios e solução de gargalos das cadeias produtivas selecionadas.

Iniciadas em 2000, as atividades desses fóruns estão ocorrendo em ritmos diferenciados nas distintas cadeias. Os relatórios das atividades estão disponíveis no *site* (www.de-senvolvimento.gov.br) do MDIC e trazem importantes informações sobre a cadeia produtiva alvo do fórum, apresentadas pelos próprios empresários e trabalhadores que a compõem.

A atuação do MDIC em arranjos produtivos locais

Em 2004, o Governo Federal iniciou a implementação da Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais. Essa política, também coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e sob a gestão da Secretaria de Desenvolvimento e Produção, tem como objetivo apoiar o desenvolvimento de arranjos produtivos locais no Brasil. Para isso, montou-se um Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais, composto por instituições governamentais e não-governamentais, com o intuito de otimizar esforços e evitar ações individualizadas relacionadas a esses espaços econômicos³.

O trabalho de mapeamento de Arranjos Produtivos Locais realizado pelo MDIC resultou na identificação de

³ As entidades participantes são o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Agência de Promoções de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil), o Banco da Amazônia (BASA), o Banco do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Caixa Econômica Federal, o SEBRAE e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

460 aglomerados de empreendimentos. O mapeamento foi realizado nos locais onde as instituições parceiras do MDIC já atuavam. Desses 460, foram escolhidos 11 Arranjos Produtivos Locais que, como experiência piloto, receberão o apoio integrado do Grupo de Trabalho Permanente do MDIC (Quadro 1).

QUADRO 1

Arranjos Produtivos Locais selecionados para receber o apoio integrado do Grupo de Trabalho Permanente do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 2004

SETOR	REGIÃO/CIDADE PÓLO	UF
Fruticultura	Petrolina/Juazeiro	BA/PE
Gesso	Araripina	PE
Confecções	Nova Friburgo	RJ
Confecções	Brasília	DF
Rochas Ornamentais	Cachoeiro do Itapemirim	ES
Confecções	Goiânia	GO
Madeira e Móveis	Paragominas	PA
Confecções	Apucarana	PR
Metal Mecânico	Serra Gaúcha	RS
Couro e Calçados	Franca	SP
Móveis	Ubá	MG

Fonte: MDIC

No *site* do MDIC, podem ser encontradas informações detalhadas sobre os 11 APLs escolhidos como experiências piloto e também sobre outros arranjos produtivos locais.

Secretarias estaduais e municipais de emprego

A atuação do poder público estadual e municipal em questões relacionadas ao incentivo na geração de emprego e

renda varia de uma localidade para outra. Nesse sentido, deve-se verificar, ainda que em linhas gerais, quais são as ações - realizadas pelos estados e municípios e referentes à geração de emprego e renda - relevantes para a construção do diagnóstico do mercado de trabalho da cadeia produtiva ou do APL objeto do trabalho.

Centros de Intermediação de Mão-de-Obra

A atividade de intermediação de mão-de-obra, que consiste na aproximação entre as empresas que oferecem vagas de trabalho e os trabalhadores desempregados, é desempenhada por agências públicas, pelo movimento sindical, ONGs, entidades da sociedade civil e por empresas privadas.

O registro de candidatos e o de vagas ofertadas pode auxiliar na elaboração de um diagnóstico sobre o mercado de trabalho. Ambos permitem caracterizar uma parcela significativa de trabalhadores da localidade, formais e informais, suas expectativas de colocação e qualificação.

As informações sobre a cadeia produtiva ou o arranjo produtivo local, possíveis de serem obtidas através das agências, são:

- Ocupações que as empresas da cadeia produtiva ou do APL investigado têm demandado;
- Exigências feitas pelas empresas;
- Do total de trabalhadores inscritos, o percentual que almeja ocupação no setor pesquisado, o perfil deles, se possuem experiência no setor e algum tipo de qualificação específica e há quanto tempo procuram trabalho.

Comissões de emprego

As comissões estaduais e municipais de emprego são órgãos colegiados, de caráter deliberativo, com o objetivo de propor, acompanhar e avaliar as políticas públicas de emprego, particularmente as financiadas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

As comissões têm como tarefa principal estabelecer diretrizes e prioridades para a implementação das políticas públicas de emprego e relações de trabalho, em nível estadual e municipal. Suas ações referem-se à elaboração de propostas, articulação da sociedade e acompanhamento e avaliação da execução de programas de governo.

Entre as competências previstas em lei para as comissões destaca-se a de propor e acompanhar ações do Sistema Nacional de Emprego - SINE e dos Programas de Geração de Emprego. Cabe, portanto, às comissões a elaboração de um plano integrado de ações, no qual o poder público e a sociedade civil, através de suas representações, proponham as atividades a serem desenvolvidas para atender às necessidades locais, relativas ao emprego, ao trabalho e à renda.

As comissões devem ser capazes de produzir informações tais como:

- Principais potencialidades econômicas do estado e do município;
- Perspectivas de desenvolvimento econômico local;
- Setores com problemas de desempenho;
- Problemas nos setores e suas causas;

- Relação do município com a economia regional;
- Características do emprego ofertado no município ou na região;
- Perfil da População Economicamente Ativa (ocupada e desocupada) no município;
- Necessidades de qualificação profissional;
- Programas federais, estaduais ou municipais da área do trabalho, como geração de trabalho emprego e renda, qualificação profissional, entre outros, executados no estado e no município ou em fase de implementação.

Secretarias estaduais e municipais do planejamento

A análise dos orçamentos públicos, estadual e municipal possibilita a identificação dos setores para os quais estão sendo direcionados os investimentos públicos e fornece importantes subsídios para o conhecimento das propostas de desenvolvimento econômico do estado ou do município. Esse procedimento permite identificar as atividades cujo crescimento é estimulado e aquelas que tendem a apresentar reduzido desempenho devido à escassez de recursos.

Os municípios dispõem de recursos repassados pelo Governo Federal ou estadual, boa parte deles oriunda de fundos vinculados a políticas públicas específicas, como educação, saúde e assistência social. A destinação dos recursos públicos pode ser um instrumento importante de informação tanto sobre os investimentos locais com impacto no emprego quanto daqueles diretamente vinculados a uma política pública estadual de emprego/renda.

O orçamento estadual apresenta os projetos de obras e serviços no estado, o que pode ajudar na visualização das tendências do desenvolvimento e do mercado de trabalho do estado.

2 - ENTIDADES DE CLASSE

SINDICATOS DE TRABALHADORES

Tanto para o setor agrícola quanto para a indústria, comércio e serviços, os sindicatos de trabalhadores se constituem em importantes fontes para obtenção de informações sobre a cadeia produtiva ou sobre o arranjo produtivo local.

Os sindicatos podem traçar um panorama geral da situação em que os trabalhadores se encontram. Fornecem informações sobre relações de trabalho, mudanças nos processos de produção, emprego, ocupações, segurança no trabalho, jornada, entre outras.

SINDICATOS DE EMPREGADORES E ASSOCIAÇÕES DE EMPRESAS

Junto aos sindicatos de empregadores e associações de empresas podem ser obtidas informações como:

- Desempenho do setor;
- Inserção internacional e desempenho das importações e exportações;
- Empresas filiadas;
- Relações de trabalho, mudanças nos processos de

produção, emprego, ocupações, segurança no trabalho, jornada etc.

Além disso, essas entidades podem dar boas indicações de artigos técnicos e pesquisas sobre a cadeia ou arranjo em que atuam.

3 - ENTIDADES DE PESQUISA, ENSINO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O trabalho das universidades e dos centros de pesquisa junto às cadeias produtivas e aos arranjos produtivos locais é uma importante fonte de informação para o técnico. A seguir, apresentamos algumas instituições que devem ser consultadas.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES

O BNDES é um órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e tem como objetivo apoiar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do país. O banco tem quatro grandes linhas de atuação:

- Inclusão social;
- Recuperação e desenvolvimento da infra-estrutura nacional;
- Modernização e ampliação da estrutura produtiva e;
- Promoção das exportações.

As informações produzidas a partir dessas linhas de atuação são importantes para constituição de um panorama

sobre a competitividade de cadeias produtivas ou arranjos produtivos locais analisados.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE

Criado pelo movimento sindical, em 1955, o DIEESE desenvolve atividades de pesquisa, assessoria, educação e comunicação em temas relacionados ao mundo do trabalho.

Um dos principais trabalhos da entidade é a assessoria ao movimento sindical, realizada por meio de trabalhos técnicos específicos para as categorias, tais como estudos salariais, desempenho dos setores, análises do balanço das empresas, entre outros, além do assessoramento direto às negociações coletivas.

Na área da educação, o DIEESE promove cursos e seminários, desenvolvidos e ministrados para representantes sindicais, sobre os temas da agenda sindical, como negociação, matemática sindical, reestruturação produtiva, cadeias produtivas, participação nos lucros e resultados, planejamento de campanha salarial, entre outros. A metodologia utilizada nos cursos e seminários visa a um processo de acumulação progressiva de conhecimento, combinando experiência de vida e informação científica.

O DIEESE faz pesquisas temáticas e permanentes. As temáticas são realizadas em função da necessidade de reunir conhecimentos sobre determinado tema, como por exemplo, reestruturação produtiva, distribuição de renda,

terceirização e emprego, ou por solicitação das entidades sindicais, como pesquisas para conhecer o perfil socioeconômico e a trajetória profissional de uma determinada categoria. As pesquisas permanentes têm como objetivo produzir indicadores e análises sobre temas fundamentais para os trabalhadores, como emprego e custo de vida, e contribuir para o conhecimento e a compreensão da realidade brasileira. As pesquisas permanentes são: Índice do Custo de Vida no Município de São Paulo (ICV), Cesta Básica Nacional, Salário Mínimo Necessário, Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada em seis regiões metropolitanas, e pesquisas sindicais, geradas a partir de um banco de dados focado nas contratações coletivas, em greves e salários.

A PED⁴ é um levantamento amostral domiciliar contínuo, que gera estatísticas sobre a inserção da população no mercado de trabalho urbano. Os indicadores produzidos permitem acompanhar mensalmente a evolução conjuntural do mercado de trabalho das regiões metropolitanas onde é realizado, bem como tendências e características estruturais destes mercados. Adicionalmente, são produzidos indicadores e análises anuais, estudos temáticos que abordam determinados aspectos relativos a segmentos específicos da população ou de categorias de trabalhadores.

Desde 1984, essa pesquisa é realizada na Região Metropolitana de São Paulo através de convênio feito entre o Departamento e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados do Governo do Estado de São Paulo (SEADE).

4. É importante ficar atento às diferenças metodológicas entre a PED e a Pesquisa Mensal de Emprego - PME, elaborada pelo IBGE.

Ao longo dos anos, o sistema PED ficou mais abrangente. Em parceria com órgãos públicos regionais, DIEESE e Fundação SEADE realizam o levantamento também no Distrito Federal e nas regiões metropolitanas de Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife. Para a realização da PED nas regiões indicadas, foram estabelecidos convênios com as seguintes instituições:

- Instituto Euvaldo Lodi/DF;
- Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuse - FEE;
- Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI;
- Faculdade de Economia da Universidade Federal de Bahia;
- Fundação João Pinheiro e;
- Governos estaduais e municipais.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa produz conhecimento e tecnologia para o desenvolvimento de cadeias produtivas e arranjos produtivos locais em espaços rurais, realiza pesquisas para o aperfeiçoamento dos produtos e para a diminuição dos custos de produção.

ESCOLAS TÉCNICAS

Outras entidades fundamentais para o trabalho são as escolas técnicas como:

- Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET;
- Sistema S:
 - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI,
 - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC,
 - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT e
 - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR
- Escolas técnicas estaduais (ETEs) e outras.

Essas entidades possuem, em muitos casos, unidades especializadas em determinados setores e podem trazer informações relevantes sobre os requisitos necessários para a qualificação dos trabalhadores.

FACULDADE DE ECONOMIA/UFBA

A Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia inclui, em seu programa de pós-graduação, a área de estudo “Economia do Trabalho e da Empresa”. Dependendo da cadeia produtiva ou do arranjo produtivo local analisado no Estado, as duas linhas de pesquisa desenvolvidas dentro da área (“Trabalho, Distribuição de Renda e Problemas Sociais” e “Estudos Setoriais e Tecnológicos”) podem contribuir para a construção do mapa do trabalho nesses espaços.

A primeira linha de pesquisa trabalha especificamente com estudos gerados a partir de dados da PED. A segunda engloba estudos sobre o setor petroquímico, elétrico e automotivo.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSE – FEE

A Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser - FEE é uma instituição vinculada à Secretaria da Coordenação e de Planejamento do Rio Grande do Sul. A FEE tem como atribuição elaborar informações estatísticas e análises sobre a realidade socioeconômica gaúcha, além de subsidiar o sistema de planejamento econômico e social do Estado.

Além da parceria com o DIEESE para elaboração da PED na Região Metropolitana de Porto Alegre, a FEE também produz estatísticas sobre Produto Interno Bruto (PIB), população, exportações, índice de desenvolvimento socioeconômico e indicadores econômico-ambientais do Estado do Rio Grande do Sul.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

A Fundação João Pinheiro é uma entidade do Governo de Minas Gerais voltada para a realização de projetos de pesquisa aplicada, consultorias, desenvolvimento de recursos humanos e ações de apoio técnico ao Sistema Estadual de Planejamento e demais sistemas operacionais de Minas Gerais nas áreas da administração pública e privada, economia, estudos históricos, culturais, municipais e político-sociais. É o órgão responsável pelo Sistema Estadual de Estatística do Estado de Minas Gerais, que produz e divulga estatísticas básicas e indicadores econômico-financeiros, demográficos e sociais. Suas atividades abrangem estudos

básicos para conhecimento da realidade econômica e social do Estado e de suas regiões:

- Planejamento nacional, regional e municipal;
- Elaboração de projetos e estratégias de desenvolvimento setorial e regional;
- Proposição, análise e avaliação social de políticas públicas;
- Implementação de programas de ensino técnico especializado;
- Apoio ao desenvolvimento organizacional e institucional público e privado;
- Pesquisas e projetos relacionados com a preservação da memória e do patrimônio histórico-cultural e;
- Atividades de extensão e apoio ao desenvolvimento dos municípios.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE

Vinculada à Secretaria de Economia e Planejamento do Governo do Estado de São Paulo, a Fundação SEADE é hoje um centro de referência nacional na produção e disseminação de pesquisas, análises e estatísticas socioeconômicas e demográficas, responsável pela criação de uma série de procedimentos e metodologias nesses campos. Sua linha de produtos e serviços busca sempre oferecer à comunidade e, especialmente aos agentes públicos, um quadro de informações atualizado para a compreensão da realidade paulista.

Entre as diversas áreas de atuação da Fundação SEADE, as pesquisas de economia e de trabalho são as que mais

podem contribuir para a construção de um levantamento sobre o mercado de trabalho em determinado setor.

Na área econômica, os principais estudos realizados pela Fundação e que podem ser contribuições úteis são a Pesquisa da Atividade Econômica Paulista - PAEP e a Pesquisa da Atividade Econômica Regional - PAER.

Especificamente sobre questões relacionadas ao trabalho, a Fundação SEADE realiza a pesquisa Mulher e Trabalho, que aponta a inserção feminina no mercado de trabalho e, assim como foi citado anteriormente, a Pesquisa de Emprego e Desemprego, em convênio com o DIEESE.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE, instituição da administração pública federal subordinada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, é o principal provedor de dados e informações do país, atendendo às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como de órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal.

O IBGE tem como missão identificar e analisar o território, contar a população, mostrar como a economia evolui através do trabalho e da produção das pessoas, revelando ainda como elas vivem.

A seguir são apontados alguns levantamentos de informações sociais, demográficas e econômicas realizados

pelo IBGE, que auxiliam na realização de um panorama sobre o mercado de trabalho em cadeias produtivas e em arranjos produtivos locais:

- Censo Demográfico, que se constitui em núcleo das estatísticas sociodemográficas;
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. Levanta anualmente informações sobre a habitação, o rendimento e a mão-de-obra, associadas a algumas características demográficas e de educação. A pesquisa tem um capítulo específico com dados sobre mercado de trabalho que, comparado com dados da pesquisa de anos anteriores, pode revelar tendências importantes sobre o perfil da população e do mercado de trabalho da região onde está a cadeia produtiva ou o arranjo produtivo local;
- Pesquisa Mensal de Emprego - PME, para acompanhamento do mercado de trabalho. A PME produz e divulga indicadores mensais sobre condições de atividade e caracterização dos ocupados, desempregados e inativos. Em janeiro de 2003, o IBGE realizou mudanças no questionário, na amostra e nos procedimentos de campo (campo informatizado) da PME que implicaram a descontinuidade de sua série. Por outro lado, foram atualizados os conceitos e a abrangência temática, ajustando-os às recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre condição de atividade, sobre subocupação e afastamento do trabalho;
- Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF). De periodicidade quinquenal, permite conhecer a estrutura de rendimentos e da despesa das famílias.

- Censo Agropecuário. Investiga, a partir dos estabelecimentos agropecuários, a organização fundiária (propriedade e utilização das terras), o perfil de ocupação da mão-de-obra e o nível tecnológico incorporado ao processo produtivo, entre outros temas estruturais de relevância.

Além dos estudos apontados anteriormente, o coordenador pode examinar, dependendo da área em que está sendo desenvolvido o trabalho, as seguintes pesquisas:

- Pesquisa de Economia Informal Urbana;
- Pesquisa Agrícola Municipal;
- Pesquisa da Pecuária Municipal;
- Pesquisa Anual do Comércio;
- Pesquisa Industrial Anual;
- Pesquisa Anual da Indústria da Construção;
- Pesquisa Anual de Serviços.

INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ

Desde 1983, O Instituto de Economia da UFRJ - IE/UFRJ conta com um Grupo de Pesquisa em Cadeias Produtivas e, desde 1997, organiza uma Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais, apresentando mapa dos arranjos identificados e onde a rede atua.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA é uma fundação pública responsável pela disseminação de infor-

mações e conhecimento sobre a realidade econômica e social do país. Vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA produz pesquisas, projeções e estudos macroeconômicos, setoriais e temáticos com o intuito de subsidiar o governo na produção, análise e difusão de informações voltadas para o planejamento e a formulação de políticas.

INSTITUTO EUVALDO LODI/DF

O Instituto Euvaldo Lodi - IEL faz parte do Sistema Confederação Nacional da Indústria - CNI, e tem como objetivo principal promover a interação entre a indústria e a universidade. O IEL promove capacitação empresarial visando ao aperfeiçoamento das técnicas de gestão com foco no empreendedorismo e na inovação. Os cursos visam desenvolver competências organizacionais, proporcionando vantagens competitivas necessárias para enfrentar desafios impostos pelo mercado global e promover o desenvolvimento da indústria brasileira.

O IEL é um dos parceiros na realização da PED no Distrito Federal.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE trabalha visando ao desenvolvimento sustentável das empresas de pequeno porte. Para isso, a entidade promove cursos de capacitação, facilita o acesso a

serviços financeiros, estimula a cooperação entre as empresas, organiza feiras e rodadas de negócios e incentiva o desenvolvimento de atividades que contribuam para a geração de emprego e renda.

Hoje o SEBRAE atua em todo o Brasil, com unidades nos 26 estados e no Distrito Federal e aproximadamente 600 pontos de atendimento. O Sistema SEBRAE busca criar, por vários mecanismos (capacitação, mobilização, disseminação do empreendedorismo e do associativismo, entre outros), um ambiente favorável à sustentabilidade e à ampliação de pequenos negócios. Para isso, a entidade atua em áreas apontadas como grandes gargalos desses empreendimentos: carga tributária, burocracia, acesso ao crédito, à tecnologia e ao conhecimento.

A atuação do SEBRAE em cadeias produtivas

Um dos principais objetivos do SEBRAE é promover a interação entre empresas, instituições públicas e a sociedade local visando criar condições para a inserção das empresas de micro e pequeno porte de forma competitiva nas cadeias produtivas.

O *site* do SEBRAE (www.sebrae.com.br) disponibiliza uma base de dados georreferenciados com as principais cadeias produtivas em que a instituição atua. Encontram-se, ainda, disponíveis no *site* do SEBRAE, informações sobre as características de diversas cadeias. É possível verificar o grau de concentração por região e conhecer as ações implementadas pela instituição para fomentá-las.

A atuação do SEBRAE em arranjos produtivos locais

Ao atuar em arranjos produtivos locais, o SEBRAE tem como objetivo principal promover a competitividade e a sustentabilidade dos micro e pequenos negócios, estimulando processos locais de desenvolvimento. Nesse sentido, o ambiente de integração dos atores sociais atuantes no espaço de um arranjo produtivo local facilita uma intervenção que tenha como princípio o desenvolvimento econômico da localidade como um todo.

O SEBRAE adota um conceito bastante flexível para a identificação de arranjos produtivos locais, visando contemplar a multiplicidade e a complexidade das realidades locais. Os critérios para essa identificação são:

- Envolvimento de, no mínimo, 20 estabelecimentos vinculados a uma mesma especialização produtiva;
- Ocupação de, no mínimo, 100 pessoas nesses estabelecimentos;
- Que o produto final produzido pelo APL apresente características mínimas de homogeneidade;
- Que o aglomerado dê contribuição efetiva para o aumento das exportações, ou substituição competitiva das importações e, ainda, tenha potencialidade de mercado e capacidade de geração de trabalho e renda.

Atualmente, a partir dos critérios citados, o SEBRAE atua em 229 arranjos produtivos locais nos 26 estados e no Distrito Federal. A relação completa desses arranjos pode ser obtida no *site* ou nos escritórios regionais da instituição.

Ao selecionar um arranjo em que será realizada uma intervenção, o SEBRAE coleta dados e informações que vão compor um diagnóstico de competitividade. A leitura desse diagnóstico é de grande importância para compor o levantamento sobre o mercado de trabalho do arranjo produtivo local.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia é uma autarquia vinculada à Secretaria de Planejamento, provedora de dados do Estado, atendendo a demandas provenientes do Governo, dos municípios e da sociedade civil.

As principais produções de pesquisas da SEI são:

- Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador (PED-BA), em parceria com o DIEESE;
- Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), em parceria com o IBGE
- Cálculo do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) para o município de Salvador;
- Pesquisa de Orçamento Familiar (POF);
- Pesquisa de Mão-de-Obra Agrícola, em parceria com a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A. (EBDA) e a Fundação SEADE;
- Pesquisa de Investimentos Industriais Previstos no Estado da Bahia e;
- Pesquisas esporádicas realizadas por intermédio de outros convênios e parcerias.

UNITRABALHO

A Unitrabalho é uma rede universitária nacional que agrega, atualmente, 92 universidades e instituições de ensino superior de todo o Brasil. O principal objetivo é integrar universidades e trabalhadores para o desenvolvimento de projetos que subsidiem suas lutas por melhores condições de vida. Para isso, busca a síntese do saber da academia com o saber dos trabalhadores para, assim, qualificar a organização e a ação social.

COMO
CONHECER
O MERCADO
DE TRABALHO
EM UMA CADEIA
PRODUTIVA OU
EM UM ARRANJO
PRODUTIVO
LOCAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Lais; CALDERÓN, Eduardo Rodriguez; ROSIGNOTTI, Giovanna (Eds.). **Guía educativa: cadenas productivas trabajo a domicilio y organización sindical**. Peru: OIT; São Paulo: DIEESE, 2004. 2v.

COMISSÃO ESTADUAL DE EMPREGO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CETE-SP. **Como conhecer o mercado de trabalho em seu município**. São Paulo, [200-?].

DIEESE. **Observatório do Trabalho do Rio Grande do Sul**: projeto de implantação. Porto Alegre, jan. 2001.

DIEESE. **Seminário cadeia produtiva e organização sindical**. São Paulo: DIEESE, 2004. (Seminários de Negociação).

NORONHA, Eduardo G; TURCHI, Lenita. **Política industrial e ambiente institucional na análise de arranjos produtivos locais**. Brasília: IPEA, mar. 2005. (Texto para discussão, 1076).

OBSERVATÓRIO DO TRABALHO/RS. **Construa o mapa do trabalho de seu município**. Porto Alegre, nov. 2001.

SEBRAE. **Termo de referência para atuação do SEBRAE em arranjos produtivos locais**. Brasília: SEBRAE, 2003.

SUZIGAN, Wilson et al. Clusters ou sistemas locais de produção: mapeamento, tipologia e sugestões de políticas. **Revista de Economia Política**-Editora 34, São Paulo, v. 24, n. 4 (96), out./dez./2004.

SITES DE REFERÊNCIA

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
<http://www.bndes.gov.br>

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
Socioeconômicos
<http://www.dieese.org.br>

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<http://www.embrapa.br>

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel
Heuser
<http://www.fee.tche.br>

Fundação João Pinheiro
<http://www.fjp.gov.br>

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
<http://www.seade.gov.br>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<http://www.ibge.gov.br>

Instituto de Economia – Universidade Federal do Rio de
Janeiro
<http://ie.ufrj.br>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

<http://www.ipea.gov.br>

Instituto Euvaldo Lodi – IEL

<http://www.iel.cni.org.br>

Ministério do Trabalho e Emprego

<http://www.mte.gov.br>

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
Exterior

<http://desenvolvimento.gov.br>

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

<http://www.sebrae.com.br>

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC

<http://www.senac.br>

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI

<http://www.senai.br>

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR

<http://www.senar.org.br>

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da
Bahia

<http://www.sei.ba.gov.br>

Unitrabalho

<http://unitrabalho.org.br>

Universidade Federal da Bahia

<http://www.portal.ufba.br>

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos

DIREÇÃO SINDICAL EXECUTIVA

Carlos Andreu Ortiz - Presidente - STI Metalúrgicas de São Paulo
João Vicente Silva Cayres - Vice-presidente - Sind. Metalúrgicos do ABC
Antonio Sabóia B. Júnior - Secretário - SEE Bancários de São Paulo
Mônica Oliveira L. Veloso - Diretora - STI Metalúrgicas de Osasco
Paulo de Tarso G. Paixão - Diretor - STI Energia Elétrica de Campinas
Zenaide Honório - Diretora - Apeoesp - Sind. dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo
Pedro Celso Rosa - Diretor - STI Metalúrgicas de Curitiba
Paulo de Tarso G. B. Costa - Diretor - STI Energia Hidro Termoelétrica BA
Hugo Perez - Diretor - STI Energia Elétrica de São Paulo
Ivo Wanderley Matta - Diretor - Sindbast - SE Centrais de Abastecimento de Alimentos de São Paulo
Mara Luzia Feltes - Diretora - SEE Assessoramento Perícias de Porto Alegre
Célio Ferreira Malta - Diretor - STI Metalúrgicas de Guarulhos
Eduardo Alves Pacheco - Diretor - CNT em Transportes/CUT

DIREÇÃO TÉCNICA

Clemente Ganz Lúcio - Diretor Técnico
Francisco José Couceiro de Oliveira - Coordenador de Pesquisas
Nelson de Chueri Karam - Coordenador de Relações Sindicais
Ademir Figueiredo - Coordenador de Desenvolvimento e Estudos

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

Carlos Jardel de Souza Leal
Clemente Ganz Lúcio
Crystiane Leandro Peres
Paulo Roberto Arantes do Valle

EQUIPE TÉCNICA DE APOIO

Eliana Martins Pereira
Geni Marques
Mônica Aparecida da Silva
Sirlei Márcia de Oliveira

ESCRITÓRIOS REGIONAIS

■ BAHIA

Supervisor técnico: Ranieri Muricy
Rua do Cabral, 15 - Nazaré
Salvador - BA - CEP 40055-010
Tel: (71) 3242-7880 - Fax: 3242-7880
E-mail: erba@dieese.org.br

■ CEARÁ

Supervisor técnico: Reginaldo de Aguiar Silva
Rua 24 de Maio, 1289
Fortaleza - CE - CEP 60020-000
Tel: (85) 3231-1371 - Fax: 3253-3962/3996
E-mail: erce@dieese.org.br

■ DISTRITO FEDERAL

Supervisor técnico: Lilian A. Marques
EQS 314/15 - Área Especial
Projeção I - 1º andar
Brasília - DF - CEP 70382-400
Tel: (61) 3345-8855 Fax: 3345-7615
E-mail: erdf@dieese.org.br

■ ESPÍRITO SANTO

Supervisor técnico: Sandra Pin Bortolon
Estrada Jerônimo Monteiro, 835, sala 106
Glória - Vila Velha - ES - CEP 29122 725
Tel: (27) 3239-2393 Fax: 3239-2393
E-mail: eres@dieese.org.br

■ GOIÁS

Supervisor técnico: Leila Brito
Rua Quatro, 515 - Sala 1016 - Centro
Goiânia - GO - CEP 74026 900 -
Tel: (62) 3223-6088 Fax: 3223-1450
E-mail: ergo@dieese.org.br

■ MINAS GERAIS

Supervisor técnico: Maria de Fátima L. Guerra
Rua Curitiba, 1.269 - 9º andar - Centro
Belo Horizonte - MG - CEP 30170-121
Tel: (31) 3222-9395 Fax: 3222-9787
E-mail: erm@dieese.org.br

■ PARÁ

Supervisor técnico: Roberto de S. Bentes
Travessa Tiradentes, 630
Belém - PA - CEP 66053-330
Tel: (91) 241-3008 Telefax: 241-3093
E-mail: erpa@dieese.org.br

■ PARAÍBA

Supervisor técnico: Melquisedec M. da Silva
Avenida Capitão José Pessoa, 89 - Jaguaribe
João Pessoa - PB - CEP 58015 170

Tel: (83) 241-3674 Fax: 221-1139
E-mail: erpb@dieese.org.br

■ PARANÁ

Supervisor técnico: Cid Cordeiro Silva
Rua Treze de Maio, 778 - 2º andar - sala 7
São Francisco - Curitiba - PR
CEP 80510-030
Tel: (41) 3225-2279 Fax: 3225-2279
E-mail: erpr@dieese.org.br

■ PERNAMBUCO

Supervisor técnico: Jackeline T. Natal
Rua do Espinheiro, 119 - Espinheiro
Recife - PE - CEP 52020-020
Tel/Fax: (81) 3423-6204
E-mail: erpe@dieese.org.br

■ RIO DE JANEIRO

Supervisor técnico: Paulo Jager
Rua Teófilo Otoni, 52 - 8º andar - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20090-070 - Tel: (21) 2518-4332 - 2518-4381
E-mail: errj@dieese.org.br

■ RIO GRANDE DO NORTE

Supervisor técnico: Melquisedec M. da Silva
Rua João Pessoa, 265 - Ed. Mendes Carlos - Sala 208
Natal - RN - CEP 59025 500 - Tel: (84) 211-2609
Fax: 211-2609/611-9824 -
E-mail: errn@dieese.org.br

■ RIO GRANDE DO SUL

Supervisor técnico: Ricardo Franzoi
Avenida Júlio de Castilhos, 596 - 8º andar
Conj.809 - Porto Alegre - RS - CEP 90030-130
Tel: (51) 3211-4177 / 3211-4203
Fax: 3211-4710 - E-mail: errs@dieese.org.br

■ SANTA CATARINA

Supervisor técnico: José Álvaro de L. Cardoso
Av. Mauro Ramos, 1.624 - CEP 88020-302
Florianópolis - SC - Tel/Fax: (48) 3228-1621
E-mail: ersc@dieese.org.br

■ SÃO PAULO

Supervisor técnico: José Silvestre P. de Oliveira
Rua Ministro Godói, 310 - Perdizes - São Paulo - SP
CEP 05001-100 - Tel: (11) 3874-5366
Fax: 3874-5394 - E-mail: ersp@dieese.org.br

■ SERGIPE

Supervisor técnico: Luís A. M. Ferreira
Avenida Gonçalo P Rollemberg, 794 - Aracaju - SE
CEP 49010-410 - Tel: (79) 2107-1868
Fax: 2107-3742 - E-mail: erse@dieese.org.br

DiEESSE

www.dieese.org.br



Ministério do
Trabalho e Emprego

